

EDITORIAL

Dois temas relevantes para a área do planejamento urbano e regional são abordados neste número da Revista. O primeiro refere-se às tendências e aos desafios do planejamento territorial, bem como ao seu ensino, considerando, por um lado, os processos recentes de globalização e reestruturação espacial e, por outro, os contextos econômico e político de formações sociais específicas. O segundo tema é o da gestão das águas, com a avaliação dos limites e das possibilidades da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997, e uma análise sobre o discurso da elite política cearense no processo de uso e de controle das águas. Além desses temas, é apresentada uma instigante análise sobre “culturas da juventude e a mediação da exclusão/inclusão racial e urbana no Brasil e na África do Sul”.

Três artigos são dedicados à reflexão sobre a ampla problemática do planejamento territorial. No primeiro deles, Peter Brand discute o novo arranjo territorial urbano na América Latina, tendo como referência o processo de globalização e o surgimento da cidade-região. O artigo examina a cidade latino-americana tendo em conta as rápidas transformações socioterritoriais recentes e à luz do que o autor denomina re-escalamento, um produto da globalização, com o objetivo de contribuir para a análise do Estado e o estudo das políticas de desenvolvimento urbano latino-americanas, em diferentes escalas. O caráter elitista das políticas de competitividade e as formas de legitimação dos governos locais na administração da crise urbana são identificados em estudos de caso das quatro maiores cidades da Colômbia: Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla.

De natureza essencialmente epistemológica, o artigo de Lucas Linhares apresenta uma trajetória dos enfoques teóricos das concepções de planejamento. Começando com as abordagens do planejamento na era moderna, de matriz positivista e economicista, o autor desenvolve um resgate crítico do tema, que passa pelo pensamento dos chamados neomarxistas dos anos 1970 – para introduzir o que ele considera imprescindível ao entendimento do objeto territorial do planejamento (o conceito de espaço) – e chegando à visão dialética, lefebvriana em sua essência, sobre a produção social do espaço. O autor sugere que este procedimento analítico é essencial para que o planejamento de fato leve em conta as contradições do modo de produção capitalista.

O terceiro artigo sobre o tema do planejamento tem como autoras Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro. Trata-se do resgate da história do planejamento e de seu ensino, com ênfase em sua relação com as políticas e ideologias de desenvolvimento econômico vigentes no Brasil. A análise resgata de forma sintética as experiências de políticas econômicas e de planejamento, começando nos anos 1950 e 60, quando se perseguia a mudança através de ações do Estado. Foi também neste período que os primeiros cursos sobre planejamento (no domínio público) surgiram na América Latina. No período seguinte, segundo as autoras, assiste-se à institucionalização tanto do planejamento quanto do seu ensino em universidades no Brasil. O período de redemocratização que se segue faz com que os paradigmas do planejamento e seu ensino do momento anterior sejam rejeitados e modificados. A ênfase dos cursos desloca-se do planejamento para os estudos urbanos e regionais. Os desafios postos ao resgate da idéia de planejamento e de seu ensino compõem as reflexões das autoras nas conclu-

sões do artigo. Atender às demandas regionais e locais de formação profissional, reconhecer e tratar as diferenças sem gerar perdas teóricas e superar generalizações são alguns desses desafios, que requerem o aprofundamento do debate entre especialistas e atores políticos.

O tema das águas é tratado em dois artigos. No primeiro deles, Antônio Ioris discute os limites e possibilidades das reformas institucionais, especialmente aquelas materializadas na Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997. Para avaliar tais limites e possibilidades na primeira década de existência da Política, o autor faz uso de um estudo de caso sobre a gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (BHRPS), localizada na região sudeste do país. Apesar de analisar um único caso, a riqueza das informações qualitativas obtidas essencialmente por meio de entrevistas com agentes sociais das instâncias participativas no processo de gestão faz com que o estudo apresente resultados importantes para se pensar a questão da gestão das águas no Brasil. Como principal conclusão, o estudo de caso permitiu constatar que as reformas institucionais para o setor de recursos hídricos, em implantação desde fins dos anos 1990, têm sido marcadas pela afirmação de uma racionalidade tecnoburocrática, a qual vem apenas produzindo respostas inadequadas aos problemas de gestão das bacias hidrográficas, com alto nível de conflitos e continuidade da degradação ambiental.

Em seguida, Francisca Sylvania de Sousa Monte nos apresenta um estudo baseado em sua tese de doutorado, em que a questão das águas é analisada em outra dimensão: o uso do discurso da “modernidade” pela elite política do Ceará no processo de uso e de controle das águas. Além de uma exaustiva revisão da legislação sobre a questão, a autora utiliza o estudo de caso da Barragem do Castanhão. Constata que a seca continua servindo ao discurso dos políticos locais, e agora não mais com a ênfase na chamada “indústria da seca”. Os interesses clientelistas dos “coronéis” deram lugar às demandas de uma burguesia urbano-industrial “moderna” – que governou o Ceará nas duas últimas décadas – pela implantação de mega-projetos hídricos de suporte às indústrias e agroindústrias. A autora defende a necessidade de uma adequada gestão dos recursos hídricos no estado, que sempre conviveu com as irregularidades climáticas, ao mesmo tempo em que enfatiza o caráter excludente da “modernização hídrica” analisada.

O último artigo trata de um tema ao mesmo tempo atual e instigante: uma análise sobre “culturas da juventude e a mediação da exclusão/inclusão racial e urbana no Brasil e na África do Sul”. Pela análise do *hip hop* e outras manifestações culturais congêneres, Edgar Pieterse mostra como isto tem contribuído para posicionamentos e ações significativos de resistência entre os jovens negros e pobres na Cidade do Cabo e no Rio de Janeiro. O artigo ainda contribui metodologicamente para a aproximação entre a observação empírica de práticas culturais e políticas com temas caros ao meio acadêmico, como participação, espaço público, cidadania e segurança.

Dois resenhas completam o presente número. A primeira, elaborada por Gislene Santos, apresenta a publicação traduzida do mais recente livro de Doreen Massey – *For Space* – que tem por título *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade* e foi publicado em 2008. A segunda, de Daniela Abritta Cota, é sobre *São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*, livro de Mariana Fix publicado em 2007.

GERALDO MAGELA COSTA
Editor responsável